



Carlos Eugênio Libano Soares. **A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)**. Campinas, Ed. da UNICAMP, 2001.

Capoeiragem: rebeldia e habilidade negra no Rio

Livro do pesquisador Carlos Eugênio Libânio Soares documenta a evolução da capoeira no contexto político e social da então capital do Império na primeira metade do século 19

por *Adelto Gonçalves*

Carlos Eugênio Libano Soares, que já escreveu um verdadeiro clássico sobre a capoeira carioca na segunda metade do século 19, *A Negregada Instituição: Os Capoeiras na Corte Imperial, 1850-1890*, recuou no tempo para oferecer agora *A Capoeira Escrava e Outras Tradições Rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*, seu trabalho de doutoramento em História apresentado em 1998 à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Para fazer esse trabalho, descobriu fontes de arquivo quase impensáveis, inclusive deslocando-se não só aos arquivos portugueses como ao Arquivo Histórico de Angola, indo além do caminho percorrido por especialistas que já haviam abordado o assunto, como Mary C. Karasch e Thomas Holloway, cujos trabalhos ele tomou como ponto de partida. Nos primeiros capítulos, Soares procurou examinar o papel dos africanos na evolução da capoeira, levantando registros de polícia e de prisão para revelar que a maior parte dos praticantes era formada por jovens da África Centro-Occidental, ou seja, Angola, Congo e Cabinda.

Com suas pesquisas, Soares pôde documentar a evolução da capoeira no contexto político e social, inclusive com a participação de capoeiristas na repressão à revolta de mercenários estrangeiros em 1828. A força dos capoeiristas era tão grande que infundia medo aos senhores, sempre temerosos de uma revolta negra à semelhança da ocorrida em São Domingos. De qualquer modo, uma revolta autônoma da escravaria, no Rio, nos moldes do levante baiano de 1835, nunca aconteceu. Mas não foram poucos os capoeiristas utilizados como capangas por senhores, entrando às vezes em levantamentos de outros grupos sociais, fossem parcelas da elite ou da população livre em geral.

Como observa no prefácio a brasilianista Mary C. Karasch, as descrições feitas por Soares do tratamento cruel infligido aos prisioneiros no Arsenal da Marinha "acrescentam um novo capítulo ao nosso entendimento do controle social na sociedade escravista". Outro pormenor que Soares estabeleceu com rigor documental foi que o prestígio do senhor "transferia-se" também para o escravo. Em outras palavras: o escravo de um poderoso do Império desfrutava de privilégios que estavam vedados ao cativo de um senhor de menos recursos.

Mas nem tudo merece elogios no trabalho de Soares. À pág. 442, o autor avalia em 15 mil o número de integrantes da Corte lusitana exilada no Rio de Janeiro por volta de 1808, mas não cita a fonte primária em que teria obtido a informação. Tampouco o faz à pág. 445, quando repete que o Rio, depois da chegada da Corte, ganhara quase 15 mil novos habitantes. Não o faz porque essa informação não consta de nenhum manuscrito da época. É uma balela que vem sendo irresponsavelmente repetida por muitos historiadores, inclusive em trabalhos recentes.

Se o erro é aceitável em historiadores "alérgicos" ao pó dos arquivos, que preferem quase sempre repetir o que lêem em obras impressas, é inadmissível em Soares, decididamente um pesquisador nato. Se tivesse prestado menos reverência à brasilianista Mary C. Karasch e consultado mais o seu companheiro de o Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ), Nireu Cavalcanti, ou lido a sua tese de doutoramento, *A Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro: As Muralhas, Sua Gente, os Construtores: 1710-1810* (Universidade Federal Fluminense), não teria repetido o disparate.

É possível que Soares tenha agido assim por causa de um velho vício acadêmico que obriga mestrandos e doutorandos a só citar autores consagrados pela cúpula "intelectual". De outro modo, não há como compreender a falha.

Afinal, Cavalcanti prova, com base em documentos do ANRJ e da Biblioteca do Palácio da Ajuda, de Lisboa, que não passou de 250 o número de pessoas que embarcaram com o príncipe regente a 29 de novembro de 1807, fugindo das tropas napoleônicas. E que, no decorrer de 1808, chegaram, no máximo, mais 250. O pior é que Soares citou o nome de Cavalcanti nos "agradecimentos", mas não incluiu na bibliografia a sua tese nem seu livro sobre logradouros cariocas, Rio de Janeiro, Centro Histórico (Anima).

Origem da capoeira

Incompreensivelmente, Soares também esqueceu de citar o romance *O Cortiço*, de Aluísio de Azevedo, que tem um personagem importante que era capoeira. Incompreensível é ainda o fato de o autor, sendo um frequentador assíduo dos acervos cariocas, ter recorrido a um mapa da cidade do Rio de Janeiro em 1831, publicado por Mary C. Karasch em *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850* (Cia. das Letras), quando fácil seria lançar mão de um mapa de nossos arquivos. Nada contra o trabalho de brasilianistas, mas o mapa em questão (à pág. 33) é extremamente confuso, a ponto de assinalar as freguesias do Rio de Janeiro como se estivessem localizadas no mar.

E não é só. Embora se refira a 1831, o mapa assinala a existência da freguesia da Glória. Ora, a freguesia da Glória passou a existir com esse nome apenas a partir do decreto da Assembléa Geral n.º 13, de 9/8/1834.

Esta data, inclusive, pode ser encontrada à pág. 84 do livro *As Freguesias do Rio Antigo Vistas por Noronha Santos* (O Cruzeiro), que consta da bibliografia arrolada pelo autor.

É ainda, no mínimo, curiosa a maneira como o historiador procura situar o que seria a origem da capoeira, recorrendo a cronistas que não utilizaram fontes documentais. Cita, por exemplo, à pág. 40, trecho do artigo "Os capoeiras", publicado na *Revista da Semana*, n.º 42, de 10/10/1925, em que Hermeto Lima diz que, "segundo os melhores cronistas, data a capoeiragem de 1770, quando por cá andou o vice-rei Marquês do Lavradio". Junta outro artigo em que o mesmo Hermeto Lima, 25 anos mais tarde, atribui a Joaquim Manuel de Macedo a informação de que a capoeiragem data de 1770.

Talvez por que não tenha encontrado nenhuma prova documental que lhe permitisse afirmações mais conclusivas, Soares preferiu não se posicionar em relação aos dados citados com base em outros autores, deixando assim o leitor sem saber a sua opinião a respeito do assunto. No entanto, se tivesse mais uma vez consultado o seu companheiro de pesquisa Nireu Cavalcanti, teria tido pelo menos um ponto de partida sólido. Em artigo publicado no *Jornal do Brasil*, em 15/11/1999, sob o título "O Capoeira", Cavalcanti cita um documento datado de 25/4/1789 como prova do uso do termo "capoeira". O documento refere-se à prisão de um escravo pardo de nome Adão, acusado de ser "capoeira", mas não consta da bibliografia do livro. A fonte: ANRJ, Tribunal da Relação, códice 24, livro 10.

Ainda em relação à origem da capoeira, Soares cita Adolfo Morales de los Rios Filho, transcrevendo à pág. 167 que essa espécie de luta nasceu de uma disputa de habilidades "na área do trabalho cativo, e não em uma distante savana africana". Em seguida, diz que o centro da primitiva estiva do Rio colonial era "o baixio do morro do Castelo". Ora, em 1770, nessa região não havia estiva. Lá estavam os quartéis e a temível prisão do Calabouço. A estiva se dava na Alfândega em frente à rua do mesmo nome, na Prainha (atual Praça Mauá) e em toda a região do Valongo e Saúde.

Outro erro na localização de logradouro está à pág. 168, quando o autor diz que a Praia de Dom Manuel também era "chamada de Praia do Peixe (local predileto do comércio de pescado, majoritariamente exercido por escravos)".

No Dicionário Histórico das Ruas do Rio de Janeiro, de Paulo Berger (Gráfica Olímpica), citado na bibliografia, consta à pág. 131 que a Praia do Peixe estava situada entre as ruas do Rosário e do Ouvidor. No mesmo Dicionário, à pág. 49, pode-se constatar que a Praia de Dom Manuel ficava no baixio do morro do Castelo e que a rua de Dom Manuel também recebera antigas denominações como Porto dos Padres da Companhia, Praia de Dom Manuel e rua Marechal Carlos Bittencourt. Portanto, Praia do Peixe e Praia de Dom Manuel eram logradouros distintos.

Infelizmente, não ficam por aqui os erros. À pág. 174, Soares diz que a igreja de São Domingos foi erguida em 1791, mas, segundo o livro Rio Antigo, de C. J. Dunlop, vol. 1, 1963, à pág. 65, "o benzimento da primeira pedra da igreja de São Domingos se deu em 1702". O livro de Dunlop, aliás, é um clássico que todo estudioso da cidade do Rio de Janeiro tem a obrigação de consultar, mas não consta da bibliografia.

Mais: à pág. 177, Soares diz que os escravos desembarcavam no cais do Valongo e "ficavam de quarentena até poderem ser vendidos no centro comercial da Cidade Velha". Faz a afirmação com base no livro de Mary C.

Karasch, acrescentando na nota que a obra da brasilianista "ainda é a melhor análise sobre a venda e comercialização de africanos no Rio". Pode ser. Só que o comércio de escravos era proibido fora do Valongo já no século 18. Foi por volta de 1755 que começou a luta dos vereadores para confinar o comércio escravista no Valongo. Até que o Marquês do Lavradio deu um ultimato a uns poucos comerciantes que insistiam em manter loja para a venda de escravos na cidade.

Pesquisador raro

Por fim, uma observação a respeito da tabela publicada à pág. 140, que relaciona o número de prisões de capoeiras por mês entre os anos de 1831 e 1839 e mais 1850, com base em informações recolhidas em códices do ANRJ: os números só teriam sentido se comparados com o total de prisões efetuadas durante os referidos anos. Do jeito como são apresentados, para nada servem. Até porque os números de prisões são baixos, considerando-se a população do Rio de Janeiro à época.

Estas observações ficam aqui a título de colaboração e com a esperança de que sejam levadas em conta numa possível segunda edição. Não devem, porém, servir para o leitor menos atento concluir que o trabalho merece pouco crédito. Pelo contrário. Estas observações só foram possíveis exatamente porque Soares é um daqueles pesquisadores raros, que ajudam de fato a reconstruir a História do Brasil. Se houvesse mais pesquisadores do seu quilate, a historiografia brasileira só teria a ganhar.

Adelto Gonçalves, jornalista, é doutor em Letras na área de Literatura Portuguesa pela USP e autor de "Gonzaga, um Poeta do Iluminismo"

* Publicado no Jornal da Tarde, 06 de outubro de 2001.